

Métodos de intimidação

Além da usina hidrelétrica de Candonga, em Minas Gerais, que gera energia exclusivamente para as indústrias Alcan e para a Vale do Rio Doce, estão na ONU denúncias da Nigéria, das Filipinas e da Índia. Cada denúncia trata de uma multinacional específica, mostrando que o desrespeito de grandes empresas internacionais aos direitos humanos pode não ser uma exceção.

No mês passado, o padre Antônio Claret e o líder comunitário Joaquim Bernardo, representando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Candonga, participaram de reunião da comissão de Direitos Humanos da ONU. "É necessário que as normas da ONU sejam instrumento de responsabilização das empresas e governos nas esferas dos direitos humanos", disse o padre.

Joaquim denunciou a perseguição e a ameaça a diversos defensores de direitos humanos no Brasil, entre eles, vários do MAB. "Só na região do Alto Rio Doce, em Minas, mais de 40 lideranças foram processadas pelas empresas construtoras de barragens como forma de intimidação", conta. Desde o dia 17 de fevereiro deste ano, Joaquim tem recebido telefonemas anônimos com ameaças de morte. O caso também foi relatado às Nações Unidas.

Campanha

Se defender na ONU é apenas um dos problemas da Alcan, que foi dividida em outras empresas. A Novelis ficou com a difícil tarefa de se defender nesse caso. De acordo com Sandra Carvalho, da Justiça Global, o departamento de Direitos Humanos do curso de Direito da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, está começando uma campanha no Canadá contra a empresa por conta da construção de Candonga.

A chefia de departamento de uma das mais renomadas instituições de ensino superior do mundo chegou a enviar uma carta com pedido de informações ao ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos no Brasil, Nilmário Miranda. A Novelis, em parceria com a Vale do Rio Doce, preparou a defesa, mas Nilmário ainda não enviou o texto para Boston. (EK)